

A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado¹

João Manuel Cardoso de Mello

Há quase 50 anos, no *Estudio de 1949*, Raul Prebisch demonstrou que a idéia da harmonia de interesses promovida pela concorrência capitalista era ainda mais falaciosa quando transposta para o plano internacional, o das nações, sob a forma da teoria das vantagens comparativas: o desenvolvimento desigual da economia mundial, concebido nos termos da relação centro/periferia, tendia, ao contrário, a se reproduzir e a se aprofundar sob a égide do livre jogo das forças de mercado.

Celso Furtado, por outro lado, tem insistido desde meados da década de 50 que o subdesenvolvimento consiste na assimetria entre o padrão de consumo cosmopolita de uns poucos privilegiados – que estão de fato integrados no mundo desenvolvido – e as debilidades estruturais do capitalismo periférico. E tem demonstrado que a desigualdade que deforma nossas sociedades tende também a se reproduzir e a se aprofundar, se teimarmos em copiar os estilos de vida predominantes nos países centrais, mesmo na situação mais favorável do que chamou de subdesenvolvimento industrializado.

A partir da tradição do pensamento crítico latino-americano, pretendo discutir aqui, de maneira rápida e certamente muito simplificada, o significado essencial para os povos da periferia do que vem sendo chamado de processo de globalização.

Ao contrário dos que tem uma fé ingênua no progresso, penso que o mundo está diante de uma extraordinária contra-revolução liberal-conservadora, que para nós, quer dizer regressão produtiva, mais exclusão social e a volta redobrada da dependência externa.

1. Do ponto de vista econômico e político, creio que se poderia definir o Centro capitalista por três tipos de controles: o primeiro deles se exerceria sobre o processo de inovação tecnológica, o que supõe formas de organização capitalista nas quais estaria encarnado o poder financeiro; o segundo concerne à moeda e à finança internacionalizada, o que por sua vez pressupõe o poder industrial; o terceiro diz respeito ao poder político-militar, em última instância, o controle das armas.

Ora, a partir da Inglaterra, de seu monopólio industrial, de seu correspondente poder financeiro e da sua supremacia político-militar, teve lugar um processo de ampliação restrita do Centro no decorrer do século XIX e início do século XX. Esta expansão se deu basicamente em dois momentos, a rigor duas ondas sucessivas de industrializações atrasadas.

A primeira delas redundou na industrialização dos Estados Unidos, da França e da Alemanha. Padrões de produção e consumo ingleses foram copiados num momento em que a tecnologia era simples e se propagava através de mestres e operários especializados,

(1) Na base deste trabalho estão as notas que redigi, com a ajuda sempre inestimável de Luiz Gonzaga Belluzzo, para orientar minha exposição no Seminário em homenagem a Celso Furtado, levado a cabo em Paris, em março deste ano. Maria da Conceição Tavares e José Luiz Fiori leram-nas com olhos generosos e quiseram a todo custo acolhê-las nesta revista. Sua transformação em Prólogo deve-se à sugestão amiga e, mais, à honrosa colaboração de Paulo Arantes, a quem agradeço muito.

enquanto, por outra parte, os padrões de produção industrial não exigiam grandes escalas ou volumes gigantescos de investimento inicial. Mesmo assim, podemos observar uma descontinuidade estrutural entre o ponto de partida e os pré-requisitos financeiros, exigidos especialmente pela estrada de ferro, núcleo a partir do qual se pode estabelecer a indústria dos bens de produção (máquinas, metalurgia e mineração). Esta mesma descontinuidade estrutural também é responsável pelas novas formas emergentes de organização capitalista. A principal delas viria a ser o banco de desenvolvimento, bem como o papel estratégico assumido pelo Estado, atuando decididamente na promoção da industrialização.

A segunda onda resultou na industrialização do Japão e da Rússia, no momento em que já deslanchava a Segunda Revolução Industrial (aço, petróleo, química da soda e do cloro, eletricidade, motor a combustão interna, etc.). As condições em que se desenrola esta nova irradiação do capitalismo industrial são portanto bem diferentes da anterior. Para começar, as escalas mínimas em termos de investimento, emprego e vendas são agora gigantescas. Também se verifica um enorme aumento do risco e da incerteza em função dos “efeitos cruzados”, intersetoriais da tecnologia. Ao mesmo tempo, a própria tecnologia muda de natureza: não só passa a depender da utilização racional da ciência, como tende a ser monopolizada pelas grandes empresas. Deste quadro geral resulta uma descontinuidade ainda mais pronunciada entre as condições iniciais – o desenvolvimento prévio do capitalismo – e os requisitos em termos de acumulação de capital a serem satisfeitos pelo bloco de investimentos. Também o papel do Estado se acentua, chegando sua preponderância a assumir dimensões verdadeiramente revolucionárias. Por sua vez, as formas de organização capitalista – pensemos, por exemplo, no “Zaibatsu” – requerem um aprofundamento ainda mais avançado, concentrando, sob um comando único, indústria, poder financeiro e mercantil.

Quanto à configuração da Periferia subdesenvolvida, podemos dizer então que ela é o resultado de uma forma particular de expansão do Centro capitalista, que ela decorre portanto do encontro do Centro com sociedades em que predominavam relações sociais e de produção “arcaicas”. Três elementos caracterizam a Periferia subdesenvolvida: a natureza dinamicamente dependente do sistema produtivo; a fragilidade monetária e financeira externa; a subordinação político-militar. Estes os traços determinantes da condição periférica e não propriamente a produção de alimentos e matérias-primas. Historicamente, uma tal produção de alimentos e matérias-primas é uma forma particular de subordinação, correspondente à divisão do trabalho imposta pela Inglaterra. Pelo prisma social, a Periferia subdesenvolvida se apresenta como uma sociedade marcada pela heterogeneidade. Uma pequena parcela desfruta de padrões de vida próprios do Centro, enquanto a imensa maioria se acha excluída.

Conforme declinava a hegemonia inglesa, e na mesma medida Estados Unidos, Alemanha e Japão ascendiam, a Periferia tornava-se objeto de rivalidade entre as economias nacionais capitalistas. Durante esta etapa, denominada imperialista, disputava-se a Periferia como fornecedora de matérias-primas, como mercado para produtos industriais e receptora de capitais. Sabemos que esta rivalidade culminou em duas guerras mundiais, que por sua vez definiram o novo centro hegemônico, os Estados Unidos.

A esta altura, é preciso ter claro que os Trinta Anos Gloriosos se caracterizaram pela sua excepcionalidade, por uma peculiaridade histórica que não tem sido suficientemente sublinhada, a saber: que a hegemonia americana foi de fato exercida num ambiente de competição entre o capitalismo e o socialismo real. Assim, não podemos esquecer que a reconstrução da Europa e do Japão foi conduzido à sombra da Revolução Soviética e da Revolução Chinesa. Particularidade decisiva, à qual se somou a luta das forças democráticas européias e dos *new dealers* americanos, forjadas em meio a duas

guerras mundiais, a Crise de 1929 e aos horrores do nazi-fascismo. Uns e outros procuravam construir instituições – tanto no âmbito internacional quanto nacional – capazes de impedir as catástrofes provocadas pelo capitalismo descontrolado. Não surpreende que este *front* da reconstrução incluísse, ao lado das forças progressistas, conservadores como Konrad Adenauer, De Gasperi, etc.

É desnecessário lembrar que as instituições internacionais criadas em Bretton Woods permaneceram muito aquém do projeto original de Keynes ou de Harry Dexter White – sobretudo no que diz respeito à autonomia e ao raio de ação de organismos como o FMI e o Banco Mundial. Não obstante, os Estados Unidos puderam exercer sua hegemonia de modo a abrir caminho para políticas nacionais de desenvolvimento econômico e de reforma social. Com isto, ao longo do período que se estende do imediato pós-guerra até o fim do sistema de Bretton Woods, em 1979 (quando os Estados Unidos assumem unilateralmente a responsabilidade de manter a posição do dólar como moeda reserva), deu-se um crescimento econômico generalizado na Periferia.

Ocorre que apenas dois países – o Brasil e a Coreia – puderam construir sistemas industriais integrados. Mas ao contrário do Brasil, só a Coreia conseguiu internalizar as condições básicas para tornar o seu capitalismo dinâmico, isto é, dotado de um mínimo de capacidade autônoma de financiamento e inovação. Quanto aos demais países, a difusão dos resultados da Segunda Revolução Industrial foi bastante restrita e não é difícil descobrir a razão. Em pleno século XX, a absorção dos resultados da Segunda Revolução Industrial exige um salto dramático, uma mutação extraordinária das estruturas econômicas preexistentes, que supõe condições financeiras e tecnológicas praticamente inalcançáveis. E no entanto, vistas as coisas pelo prisma social, a heterogeneidade e a exclusão não cessam de se reproduzir. Isto quer dizer que somente uma fração da Periferia continua a se integrar, desfrutando dos níveis de vida prevalentes no Centro. Em suma, ainda numa situação internacional relativamente favorável, o capitalismo periférico provou ser incapaz de suprir as necessidades básicas do conjunto da população.

2. Estamos assistindo agora a uma reestruturação capitalista que engloba o Centro e a Periferia. No interior do Centro, o movimento é de intensa concentração do comando capitalista em todos os níveis: sobre o progresso técnico, a moeda, as condições de financiamento, o ajuste dos balanços de pagamentos. E, particularmente, concentração do poderio militar. Podemos distinguir várias dimensões nesta concentração. Em primeiro lugar, se acirra a concorrência entre as grandes empresas no espaço das economias centrais. Estas mesmas corporações, ancoradas num extraordinário poder financeiro, deflagram por sua vez a Terceira Revolução Industrial. Uma segunda dimensão pode ser reconhecida na unificação dos mercados financeiros, que mudam de natureza. Desde então a supremacia dos mercados de capitais vem se impondo ao tradicional sistema de crédito bancário. Desregulamentando-se o mercado de capitais (diga-se de passagem, desregulamentação promovida pelos governos, cujas dívidas públicas em crescimento sustentam a securitização das operações), voltamos ao sistema de livre movimento dos capitais anterior à Crise de 1929. Em terceiro lugar, esse extraordinário poder econômico privado – das empresas produtivas e das organizações financeiras – se lança de maneira hostil contra as políticas nacionais de proteção social, de um lado, e por outro, contra as políticas nacionais de preservação dos sistemas industriais voltadas para o mercado interno, transformando os Estados Nacionais em reféns das políticas do Grande Capital. Com isso, a dimensão pública dos Estados Nacionais – conquistada ao longo das lutas democráticas deste século – define de forma dramática. Por fim, dada a natureza desigual dos diferentes capitais

nacionais, estabelece-se entre os Estados Nacionais uma hierarquia definida por relações de dominação/subordinação. Basta reparar, a título de exemplo, na subordinação francesa à política econômica alemã. É preciso ainda acrescentar que se os Estados Unidos porventura perderam a liderança produtiva para a Alemanha e o Japão, nem por isso deixaram de manter a supremacia militar, ou seu poder monetário e financeiro, em última instância.

No que concerne à Periferia, some-se a tudo isso outra tendência, para a qual Celso Furtado vem nos chamando a atenção. Refiro-me a um certo alinhamento das posições cada vez mais uniformes do Centro quanto ao papel reservado à Periferia. Simplesmente todos os países centrais exigem que a Periferia se abra à concorrência externa e à aplicação dos seus capitais produtivos e especulativos.

Creio não estar exagerando se disser, diante de uma tal reestruturação capitalista, que afetou tão profundamente a Periferia, que no fundo estamos padecendo um verdadeira contra-revolução liberal-conservadora. O que pode ser comprovado se nos voltarmos para a outra acepção histórica do termo periferia. É que sob a forma do desemprego estrutural, da heterogeneidade social, da dualidade do mercado de trabalho, da decadência de regiões inteiras e da desintegração industrial, a periferia está sendo reintroduzida nos países centrais.

Mas voltemos à Periferia. Na maior parte da Periferia tradicional, como por exemplo na América Latina, as tendências são de regressão produtiva, acompanhada pelo desaparecimento da moeda nacional, pelo avanço final da cosmopolitização dos padrões de consumo, pelo aprofundamento das desigualdades e do apartheid social. Isto não quer dizer, entretanto, que uma tal regressão diminua o interesse econômico da região. Pelo contrário, o retrocesso em questão não impede que a Periferia seja utilizada pela grande empresa para relocalizar seus investimentos, aproveitando-se da mão de obra barata e da competição desenfreada que travam entre si os países para atrair as multinacionais. Isto permite à empresa multinacional distribuir o seu investimento de forma a maximizar a redução dos custos. Na maioria dos casos, desorganizando e desarticulando as estruturas produtivas mais integradas.

Ao mesmo tempo, a Periferia se transforma em campo de aplicação dos capitais especulativos. O ciclo de financiamento externo privado em moeda vem afetando a capacidade dos países de manter uma taxa de câmbio favorável às exportações e, em geral, obrigando os governos (no caso de esterilização da entrada de capitais) a acumular elevadas e custosas dívidas públicas. Ainda no caso da América Latina, a modernização “proposta” pelos Estados Unidos – através dos organismos multilaterais manejados pela potência hegemônica – implica transformar o continente num mercado cativo para as exportações americanas e num território de expansão para os seus capitais, concentrados, em geral, nas privatizações dos serviços de utilidade pública. Além disso, a capacidade fiscal do Estado vem se enfraquecendo sob o peso crescente do dispêndio com juros, reduzindo o gasto público e assim liquidando os ensaios de *Welfare State* realizados ao longo das últimas décadas.

Não surpreende nestas condições que as ditaduras militares tenham se tornado obsoletas. Depois de um curto período de luta política, foram substituídas com vantagem pela ditadura dos mercados e pelo retorno com força redobrada da dominação americana, sempre em aliança com as elites locais.

Dito isto, uma derradeira observação – precedida de passagem pela simples constatação de que, como em todos os momentos de reestruturação capitalista, a conseqüente reconstrução da Periferia altera as posições relativas ocupadas pelos países. Estou pensando, é claro, no grande fenômeno deste fim de século, e provavelmente um

acontecimento que marcará época na história: o desenvolvimento da China. Não um desenvolvimento qualquer, mas desenvolvimento induzido por uma estratégia complexa executada pelo seu Estado Nacional. Esta estratégia envolve simultaneamente a atração do capital estrangeiro, o papel central do Estado e das empresas públicas, bem como a maximização da situação geopolítica militar.

Conclusões

- O capitalismo generaliza somente as relações mercantis. Mostrou-se incapaz de promover o nascimento de sistemas integrados, de difundir ampliadamente o progresso técnico. De maneira geral, a ampliação do Centro só ocorreu a partir de revoluções nacionais ou de projetos nacionais de desenvolvimento, como demonstram, neste século, os exemplos da Coreia e da China.
- O capitalismo mundial também se revelou incapaz de promover a homogeneidade social dos povos da Periferia subdesenvolvida. A heterogeneidade social se reproduz, enquanto uma pequena parcela da população se integra ao Centro.
- Essas tendências estruturais do capitalismo, atenuados nos “30 anos gloriosos”, se agravam com a Terceira Revolução Industrial e a globalização financeira.

A estas conclusões, gostaria de acrescentar algumas observações suplementares acerca da presente reestruturação capitalista.

Estou convencido de que vivemos por assim dizer um momento inverso ao período do imediato pós-guerra, que Polanyi denominou a Grande Transformação. Àquela altura do século, o capitalismo parecia ter sido domesticado pela sociedade. Agora que ele rompeu a carapaça que o submetia a protegia as populações, podemos falar de uma vingança do capitalismo contra a sociedade.

Tudo se passa como se as tendências fundamentais do capitalismo reemergissem com intensidade redobrada. O desenvolvimento monstruoso do capital financeiro revelou uma verdade incontestável. Ou por outra, verdade bem conhecida de Marx e Keynes, de Braudel e Polanyi – nós é que andávamos meio entorpecidos pelas décadas de capitalismo domesticado, esquecidos de que o capitalismo é um regime de produção orientado para a busca da riqueza abstrata, da riqueza em geral expressa pelo dinheiro. Esta abstração destrutiva aparece com toda a sua força nua e crua no atual rentismo especulativo. Mas aparece por assim dizer encoberta pelo véu tecnológico das forças produtivas desencadeadas pela Terceira Revolução Tecnológica, sob o qual também se camufla o conflito entre capital produtivo e capital especulativo. Dai a enorme disparidade entre o crescimento dos últimos anos – medíocre, se comparado aos 30 anos ditos gloriosos do pós-guerra – e o imenso potencial de desenvolvimento que a aplicação da ciência moderna poderia oferecer à humanidade, não fosse ele bloqueado pelas forças predominantes da propriedade capitalista.

Resta a crescente redundância do trabalho vivo. Outra tendência fundamental – a desvalorização do trabalho – que retornou com força total. O desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a intensificação da disparidade dos rendimentos, a heterogeneidade do mercado de trabalho e o agravamento da pobreza estão aí para quem quiser ver, e reconhecer enfim no capitalismo o que ele sempre foi, uma gigantesca máquina de produzir desigualdade.

Era o que gostaria de dizer sobre a Contra-revolução liberal-conservadora desencadeada pela mundialização do Capital. Espero que em linha com a tradição crítica

do pensamento econômico e social latino-americano – hoje felizmente na contramão do “pensamento único”– e em companhia de Celso Furtado, que continua a nos dar lições de lucidez intelectual e de coragem moral.

João Manuel Cardoso de Mello é Professor Titular
do Instituto de Economia da UNICAMP.